

Economistas, com menos pessimismo, mas apreensivos.

Os economistas reduziram um pouco seu grau de apreensão quanto ao futuro de curto prazo da economia brasileira: acreditam que a inflação será mais alta em 1986, mas não se chegará a um descontrole generalizado; que o crescimento econômico será menor que o deste ano, mas ainda assim próximo do desejado pelo governo; que o balanço de pagamentos tenderá a ser perfeitamente administrável. Ao compararem o crescimento rápido de 84/85 com o de 79/80 (período Delfim Neto, ao substituir Simonsen no governo Geisel), encontram mais elementos de diferença do que de proximidade. Mas temem pressões sobre os preços, inclusive por falta de oferta de insumos como energia elétrica, bem como por recomposição na área das estatais e, ainda, por maus resultados previstos para a agricultura.

Geraldo Gardenali, professor da FGV-São Paulo, trabalha com uma inflação de 11% em novembro

e 9,7% em dezembro para estimar que, este ano, o Índice Geral de Preços fechará com um crescimento de 215%. Os meses de setembro e outubro foram muito ajudados pelo comportamento dos preços agrícolas. No Índice de Preços no Atacado (IPA), os gêneros alimentícios apresentaram alta de 5,6% em outubro e de 7% em setembro, contra preços industriais muito mais elevados. Para ajudar a formar os 9% de outubro, a batata caiu de preço 32,4%, a cebola 50,5% e o tomate 11,2%. Exatamente o contrário poderá ocorrer com os alimentos em novembro, um mês que ainda sofre o efeito dos reajustes dos salários na construção civil (em maio/85, o INCC cresceu 23,7%).

Cláudio Roberto Contador, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, observa que "a Nova República começa com ótimos resultados de crescimento, balanço de pagamentos e inflação com redução de 20 pontos de percentagem". E

acrescenta que, "na minha percepção, essa euforia vai continuar até meados do ano que vem, quando surgirão problemas de estrangulamento". A energia elétrica, na opinião de Contador, será o grande gargalo. Mas no caso do balanço de pagamentos, entende ser preciso persistir na política cambial realista, que este ano deu ganhos adicionais ao exportador, que estima em 10%. Esse é um fator induzido, que se somou a fatores que classifica como fortuitos ou decorrentes de políticas de governos anteriores (como desvalorizações do dólar e resultados da substituição de importações).

Carlos Antônio Rocca, presidente do Mappin, professor da FEA-USP e ex-secretário da Fazenda de São Paulo, observa que o final do ano já não mostra a euforia de agosto, quando as vendas do comércio lojista (exclusive automóveis e alimentos) cresceram 17,5%, conforme os dados do Clube dos Diretores Lojistas. A explosão de agosto é interpretada como consequência de a correção monetária ter sido fixada abaixo da inflação, mas em setembro a evolução já se reduziu, tendo sido inferior a 10%. Rocca, que não observa fatores limitativos na área da oferta, acredita que o crescimento possa continuar com evolução real de salários, controle de preços industriais e públicos e medidas de efeito mais longo, como a mudança nos critérios de reajuste do BNH.

— Há um aumento da renda disponível com a queda da prestação média real.

Fatores adversos, em sua opinião, encontram-se nos preços dos gêneros alimentícios, sob influência da seca e reduzindo a parcela de renda destinável a outros bens de consumo.

Paulo Guedes, vice-presidente do Ibmc (Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais), considera que a pressão salarial de 1985 "vai repicar no ano que vem: no fim do estoque, os custos de produção se ressentem".

Edy Luiz Kogut, superintendente do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Commercial de São Paulo, teme a forma pela qual ocorreu a recuperação econômica este ano:

— Acho que o ciclo da economia poderia vir saudavelmente, mas me preocupa a forma que vem tomando. Provocou-se uma reativação via aumento de salários reais sancionando-se a expansão com crescimento da base monetária e dos meios de pagamento. Como consequência de fatores positivos de choque do lado agrícola, houve queda momentânea da inflação, mas, observando os preços industriais, nota-se que estão pressionando. A inflação de 9% é transitória.

Comparação

Contador considera que o aletor é uma das principais identidades entre o período atual e o de 79/80:

— Em 79, a economia estava marcada pelo desânimo, semelhante ao que ocorreu com Dornelles. Funaro restaurou o otimismo.

Mas em 1980, recorda, "cometaram-se loucuras cambiais o que distingue totalmente aquele período do de hoje: taxa de inflação era crescente e hoje é decrescente".

— Não vejo semelhanças com 79/80 — afirma Rocca. Só no que diz respeito ao curto período em que a correção monetária foi menor que a inflação. Além disso, as taxas de juros de hoje continuam altas e reais, mesmo tendo caído. No período anterior, chegaram a ficar negativas no financiamento de automóveis. Acho melhor comparar com 67/68, quando o governo deu maiores prazos para recolhimento do IPI, mais crédito, ativou o BNH, ampliou as despesas públicas, reduziu o IR na fonte para assalariados e mudou a política salarial. Foi um movimento para dar mais elasticidade à oferta, dar mais capital de giro para a indústria, gerando menos inflação e mais produção. Reduzindo-se a capacidade ociosa, cai o custo fixo.

Entre as diferenças, Rocca menciona menores juros, menor

pressão da Dívida Pública e a perspectiva de aumento de importações, destacando ainda como analogias formais a grande capacidade ociosa existente na indústria, e o fato de que se saía de um período de liquidez apertada e também de demanda reprimida.

Para Paulo Guedes, as semelhanças entre 79/80 e agora encontram-se na postura:

— As duas posturas são expansionistas, como se a taxa de crescimento fosse passível de controle pelos instrumentos macroeconômicos. Essa postura se contradiz com a postura ortodoxa voltada para condições macroeconômicas estáveis — juros em queda por corte do déficit público, política monetária olhando para inflação, política cambial olhando para o balanço de pagamentos.

O contexto, porém, observa Guedes, é diferente, já que a capacidade ociosa era muito menor em 79/80, pelo menos em relação a 1984; o balanço de pagamentos mostrava mais reservas, mas havia déficit em contas correntes, o que não ocorre hoje, e o boom foi alimentado por expansão de crédito para agricultura, exportação e energia, ao contrário de hoje, sustentado inicialmente pelo setor externo e depois pelo crescimento na massa de salários.

1986

Geraldo Gardenali acredita que o crescimento do PIB em 1986 poderá ficar entre 6 e 7%, mas tanto a inflação quanto problemas para financiar a taxa de formação bruta de capital fixo, ou seja, os investimentos necessários para sustentar a expansão, que inicialmente se faz com o uso de capacidade ociosa.

O economista recorda que financiar um crescimento econômico de 6% ao ano exige investimentos fixos da ordem de 22% do PIB. Ele mesmo, explica, que retirar esses recursos do consumo para retorno a prazo médio, não inferior a três anos. Só o setor de energia elétrica demandaria US\$ 6 bilhões ao ano, aproximadamente. Mas para obter recursos internos, seria preciso elevar substancialmente as tarifas, o que é fator inflacionário. A alternativa é crescer mais lentamente, argumenta.

Gardenali admite uma inflação na faixa dos 240%, crescimento das importações de bens de capital e diminuição do supéravit comercial, apesar das possibilidades de ganhos com o café (só em termos externos) e com o petróleo. Admite ainda que o emprego possa crescer, com oferta de mais 1,5 milhão de vagas em 1986 e recomposição salarial a nível de crescimento do PIB.

Contador defende uma ativa política cambial em 1986, partindo do princípio de que as condições não serão tão favoráveis quanto as de 1985. Acredita que o PIB possa crescer 5%, a partir de um mau ano agrícola, e estima a inflação em dois dígitos ao mês no primeiro trimestre de 1986.

Com visão mais crítica, Guedes estima em 4% o crescimento do PIB em 1986 e admite que a inflação possa chegar aos 280 ou 300%.

— Não prevejo nada catastrófico, mas seria pior do que este ano. Em 85, a economia deu uma prova de força, mostrou que não precisa do governo para crescer. Seria melhor que o governo tivesse se ajustado, aceitando crescer 4% este ano e 7 ou 8% no ano que vem.

Entre as críticas do vice-presidente do IBMEC está a de que o governo perdeu a iniciativa na política salarial.

Guedes teme ainda que a meta do Banco Central tenha passado a ser a de derrubar juros, e não controlar a moeda. Quanto à política antiinflacionária, admite como improváveis tanto o cenário de ajustamento efetivo como o de hiperinflação.

Para Edy Kogut, a inflação será mais elevada em 1986, mas não muito, porque, se isto ocorrer, o governo voltará ao controle de preços. Prevê que o crescimento do PIB de 1985, não irá repetir-se, inclusive porque os salários não deverão acompanhar, como em 1985, o ritmo dos preços.